


CADERNO DE ENCARGOS
PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA
Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano para “FELGUEIRAS-ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS”(Fase 3)
Disposições gerais
Cláusula 1.ª
Objeto e características do serviço

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito de Consulta Prévia que consiste na Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano para.“FELGUEIRAS-ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS”(Fase 3) de acordo com as condições constantes no presente caderno de encargos do respetivo anexo 1.

Cláusula 2ª
Contrato

- 1.O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestada pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4.Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª
Gestor do contrato

1. A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.
2. A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Prazo

O fornecimento dos bens e respetiva montagem devem estar concluídos, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da celebração do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª**Condições de adjudicação**

A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respectivo compromisso conforme a Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.

Capítulo II**Obrigações contratuais****Secção I****Obrigações do adjudicatário****Subsecção I****Disposições gerais****Cláusula 6.ª****Obrigações principais do adjudicatário**

1.Sem prejuízos de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, conforme as características técnicas definidas no caderno de encargos, sendo o transporte dos mesmos da sua responsabilidade do adjudicatário;
- b) Cumprir os prazos de entrega e montagem definidos no caderno de encargos;
- c) Ficam por conta do adjudicatário todos os trabalhos de mão-de-obra, na totalidade da montagem dos bens alvo do presente contrato;
- d) Comunicar antecipadamente ao Município os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento e montagem dos bens objeto do procedimento;
- e) Garantir que todos os bens cumprem os requisitos de qualidade estabelecidos nas normas portuguesas e directivas comunitárias.

Clausula 7ª**Conformidade e operacionalidade dos bens**

1.O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos. Que dele faz parte integrante.

2.É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Clausula 8ª**Local da entrega e de prestação dos serviços**

1.Os bens objeto do contrato devem ser entregues em Felgueiras na freguesia de Agrobom, em perfeitas condições antes de serem instalados, a sua execução será em Felgueiras na freguesia de Agrobom:

2.Com a entrega dos bens e respetiva montagem ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o adjudicatário.

3.Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos são da responsabilidade do adjudicatário.

Clausula 9ª**Garantia**

A garantia técnica compreende as obrigações de o adjudicatário, a suas expensas, proceder à correção ou eliminação dos defeitos, anomalias ou desconformidades, incluindo a obrigação de proceder à substituição dos equipamentos a propor no âmbito do presente caderno de encargos se outro meio não se revelar apto assegurar estes resultados.

Clausula 10ª**Direitos de propriedade intelectual e industrial**

- 1.São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento dos bens objeto do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2.O adjudicatário obriga-se a transferir a posse e a propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Alfândega da Fé incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelo fornecimento a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
- 3.O adjudicatário entregará ao Município de Alfândega da Fé no termo do contrato toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da entidade contratante

Obrigações da Contraente Público**Cláusula 11.ª****Preço contratual**

1. O preço proposto pelo concorrente terá que incluir todas as despesas inerentes às condições estabelecidas neste Caderno de Encargos, sem exceção, sendo o preço máximo a considera de € 20.000,00 (vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Pelo fornecimento e montagem dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das obrigações constantes no caderno de encargos, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada nas condições de pagamento propostas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sempre que se mostrem devidas.

Clausula 12ª**Consulta preliminar ao mercado**

- 1.Nos termos do artigo 35º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado a fim de obter informações relevantes para estabelecer o preço base contratual.
- 2.As informações obtidas tiveram em conta as características técnicas constantes deste caderno de encargos e foi com base nessas observações que a entidade adjudicante obteve o preço contratual.

Cláusula 13.ª**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo município de Alfândega da Fé, nos termos da Cláusula 11ª, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Alfândega da Fé das respetivas faturas.

2. Em caso de discordância por parte do Município de Alfândega da Fé, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º1, as faturas são pagas através de cheque/transferência bancária.

Subsecção I
Dever de Sigilo

Cláusula 14.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alfândega da Fé, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direto e exclusivo à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Alfândega da Fé pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 30% do preço contratual.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
- A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Autorização de dados pessoais

O concorrente deve expressar na sua proposta ou mediante uma declaração passada por si, o consentimento (uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita), pela qual o titular dos dados aceita, de forma inequívoca, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento no âmbito do presente procedimento concursal, pela entidade adjudicante, por meios automatizados de dados pessoais através de ficheiros ou outros meios de disponibilização digital, de acordo com o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação em vigor.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada, e pela restante legislação portuguesa.

Cláusula 24.^a

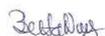
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Município de Alfândega da Fé, 8 de abril de 2019. -----

A Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

09-04-2019



(Berta Ferreira Milheiro Nunes)



FELGUEIRAS – ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS

– Fase 3, aquisição de equipamento e mobiliário urbano

ANEXO 1

Fornecimento e instalação de totem

Dimensão: 3200mm de altura x 1600mm de largura

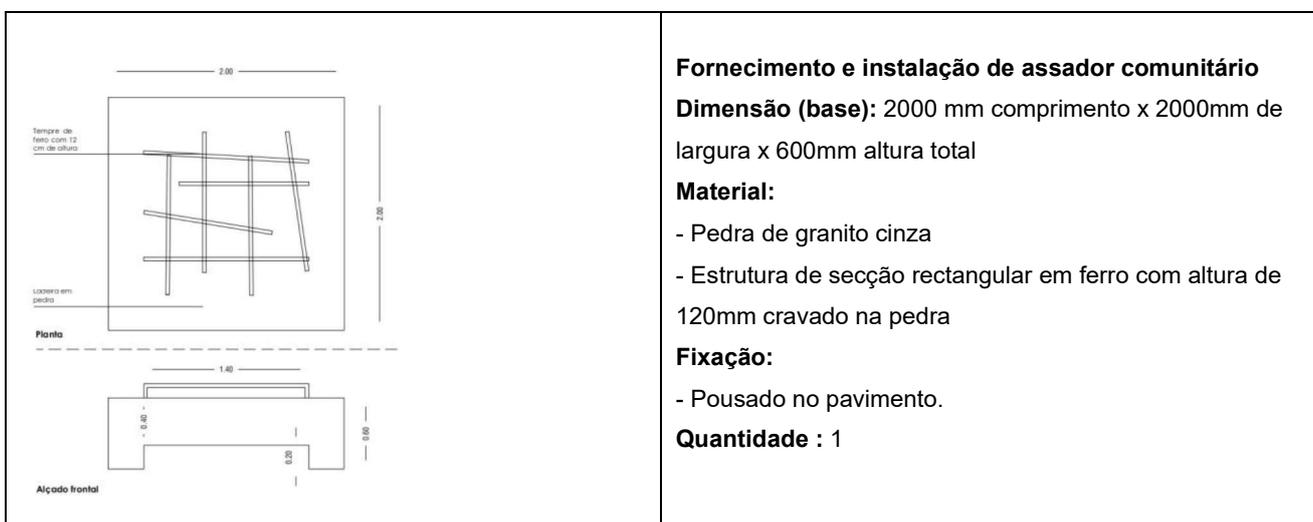
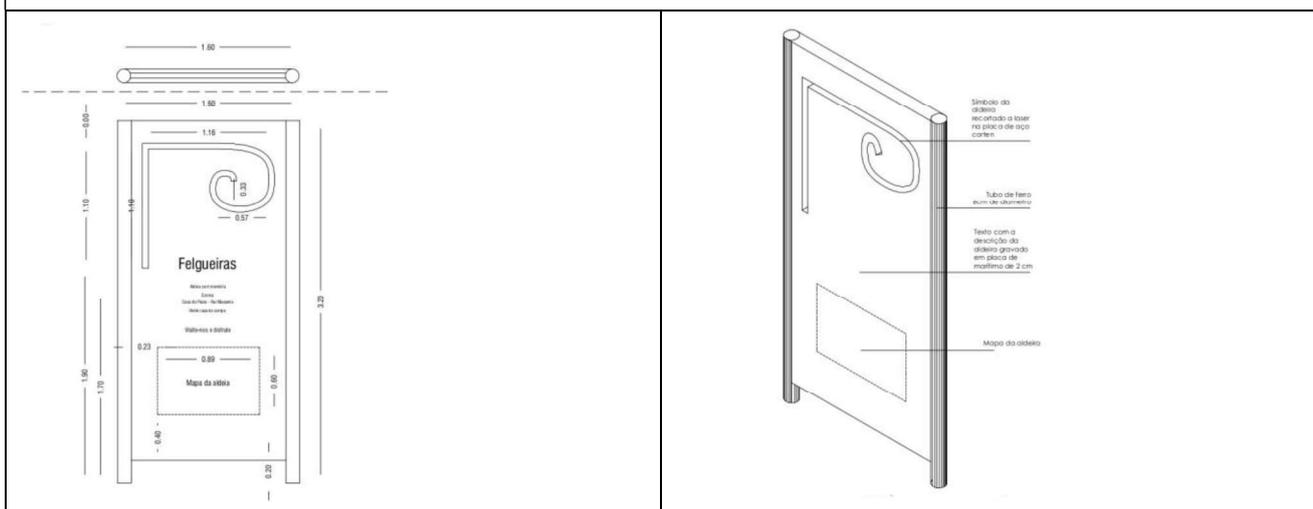
Material:

- Estrutura de suporte tubular em ferro com 6cm de diâmetro.
- Placa de aço Corten nas 2 faces recortadas a laser com símbolo da aldeia
- Placa de aglomerado marítimo com 2cm espessura com designação e descrição gravado da aldeia incluindo mapa de orientação.
- iluminação led

Fixação:

- Chumbado no pavimento em muros de betão e coberto com terra vegetal.

Quantidade : 1



Fornecimento e instalação banco baixo

Dimensão (base): 1800 mm comprimento x 510mm de largura x 540 mm altura total

Material:

- Estrutura em ferro galvanizado pintado de preto
- Assento em reguado em Madeira maciça de faia tratada

Fixação:

Varões chumbados no pavimento/fundação de betão com bucha química.

Quantidade: 6

Fornecimento e instalação de mesa Alta

Dimensão (base): 600 mm comprimento x 600mm de largura x 1100 mm altura total

Material:

- Estrutura em ferro galvanizado pintado de preto
- Tampo em Madeira maciça de faia tratada

Fixação:

- Varões chumbados no pavimento/fundação de betão com bucha química

Quantidade: 3

Fornecimento e instalação banco Alto

Dimensão (base): 450 mm comprimento x 380mm de largura x 1000 mm altura total

Material:

- Estrutura em ferro galvanizado pintado de preto
- Assento em Madeira maciça de faia tratada

Fixação:

- Incluir cadeado com aloquete.

Quantidade: 8

Fornecimento e instalação carrinho com floreira

Dimensão (base): 1270 mm comprimento x 250mm de largura x 1000 mm altura total

Material:

- Estrutura e tabuleiro em ferro galvanizado pintado de preto
- 4 Rodas com raios metálicos e pneu de borracha maciça

-Fixação:

- Incluir cadeado com aloquete.

Quantidade: 3